



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do IFRR
4º Trimestre/2021**

Boa Vista-RR
31/01/2022

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORIA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Romildo Nicolau Alves

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Roseli Bernardo Silva dos Santos

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Emanuel Alves de Moura

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Sivaldo Souza Silva

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI

CAMPUS AMAJARI

Pierlangela Nascimento da Cunha

CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

CAMPUS NOVO PARAISO

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

EQUIPE TÉCNICA DE CONTADORES

REITORIA

Geórgia Marcelly Gomes Matias

Luciana Costa Saraiva

CAMPUS AMAJARI

Marcos da Silva e Silva

CAMPUS BOA VISTA

Diana Cris Fernandes Gomes

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Leonardo Pereira Santos

CAMPUS NOVO PARAISO

Marliane Ferreira de Oliveira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	38
Gráfico 2 - Execução de RAP Não Processados	39
Gráfico 3 - RPNP a Liquidar por Unidade Gestora.....	40
Gráfico 4 - Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos por Grupo de Despesa	40
Gráfico 5 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Grupo de Despesa	41
Gráfico 6 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Outras Despesas Correntes	41
Gráfico 7 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Investimento.....	42
Quadro 1 – Fornecedores – Principais Transações	26
Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos	37
Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição.....	20
Tabela 2 - Demais Créditos e valores a Curto Prazo.....	20
Tabela 3 - Estoques - Composição	21
Tabela 4 - Imobilizado – Composição	22
Tabela 5 - Bens Móveis - Composição	22
Tabela 6 - Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	23
Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição	24
Tabela 8 - Intangível – Composição	25
Tabela 9 - Fornecedores e contas a pagar - Composição	25
Tabela 10 - Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante.....	25
Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar	26
Tabela 12 - Obrigações contratuais - Composição Órgão.....	27
Tabela 13 - Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante	27
Tabela 14 - Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução	27
Tabela 15 - Precatórios Curto Prazo	28
Tabela 16: Desempenho da Realização da Receita	33
Tabela 17: Receitas arrecadadas – por origem.....	34
Tabela 18: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita	35
Tabela 19: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa	35
Tabela 20: Outras despesas correntes por elemento de despesa (em R\$).....	36
Tabela 21: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$).....	37
Tabela 22: Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG	39
Tabela 23: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa	42
Tabela 24: Total de Ingressos (R\$)	44
Tabela 25: Total de Dispendios (R\$)	44
Tabela 26: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades.....	47
Tabela 27 – Resumo da DMPL	50

Sumário

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	8
3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL	10
3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11
3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS	11
3.5 RESTOS A PAGAR.....	12
4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	12
4.1. MOEDA FUNCIONAL	12
4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	13
4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	13
4.5. ESTOQUES	13
4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	13
4.7 INVESTIMENTOS	13
4.8 IMOBILIZADO	14
4.9 INTANGÍVEL	14
4.10 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS	15
4.11 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS.....	15
4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET	16
4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	16
4.14 PROVISÕES.....	16
4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	17
4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO	17

4.16.1 Resultado Patrimonial	17
4.16.2 Resultado Orçamentário	18
4.16.3 Resultado Financeiro	18
5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	19
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL	19
5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial	20
5.1.1.1 Ativo Circulante	20
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa	20
Nota 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo	20
Nota 03 – Estoques.....	21
5.1.1.2 Ativo Não Circulante	21
Nota 04 – Imobilizado.....	21
Nota 05 – Intangível.....	24
5.1.1.3 Passivo Circulante	25
Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	25
Nota 07 – Obrigações Contratuais.....	26
5.1.1.4 Passivo Não Circulante	28
Nota 08 – Precatórios a Curto prazo	28
5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	29
5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais	30
5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período	30
5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	31
5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário	33
5.3.1.1 Receitas Orçamentárias	33
5.3.1.2 Despesas Orçamentárias.....	35
5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar.....	38
5.4 BALANÇO FINANCEIRO	43
5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro	44
5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	46
5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	47
5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO DEZEMBRO/2021	49
5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	50

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Departamento de Contabilidade e Finanças
www.ifrr.edu.br

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - EXERCÍCIO 2021

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – 26437/158152.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, **exceto** quanto os assuntos mencionados a seguir:

a) Situação patrimonial da Instituição conforme itens descritos abaixo.

a.1) a conta estoques e bens móveis não reflete a situação real, pois os saldos do Relatório de Movimentação de Almoarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) não foram conciliados com o SIAFI, tendo em vista o não envio dos relatórios em alguns meses;

a.2) a conciliação de bens móveis entre SIAFI e SUAP (Sistema Único de Administração Pública) estão divergentes em todas as unidades, ou por classificação indevida ou por transferência realizada entre as unidades no SUAP e não registrada no SIAFI;

a.3) os registros de depreciação lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI não estão sendo lançados em Controles Patrimoniais, e sim em planilhas do excel;

a.4) a avaliação dos bens móveis conforme cronograma da Macrofunção- 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Deprec., Amort. e exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual SIAFI, das contas referentes ao prazo máximo de 2012 foram avaliadas, mas não foram lançadas em controles patrimoniais por pendência de implantação do módulo no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, utilizado pela instituição. As contas referentes ao prazo máximo de 2013 não foram avaliadas, considerando o número reduzido de servidores para compor comissão para realização dos trabalhos de avaliação de bens móveis;

a.5) os bens imóveis registrados no Spinet, não foram baixados na conta obras em andamento, por estar aguardando informações quanto ao registro do bem. No entanto, foram criados em algumas unidades o controle das obras por inscrição genérica para acompanhamento;

a.6) não envio de inventário de bens móveis da instituição;

a.7) conciliação da conta de contratos entre os valores registrados no SIAFI e Comprasnet Contratos.

As providências a serem adotadas estão elencadas no Relatório Contábil apresentado aos gestores da Instituição.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Boa Vista-RR, 27 de janeiro de 2022.

Geórgia Marcelly Gomes Matias
CRC n° RR-000668/O-0

Documento assinado eletronicamente por:

• **Georgja Marcelly Gomes Matias, CONTADOR**, em 27/01/2022 09:38:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/01/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 126212
Código de Autenticação: f8310f2283



APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações aqui apresentadas referem-se ao 4º trimestre de 2021 fazendo uma comparação com os resultados no final do exercício anterior (dezembro/2020) ou em relação ao mesmo período do exercício anterior (dezembro/2021).

A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

O Instituto Federal de Roraima – IFRR, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Organizada em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Atualmente a estrutura institucional é composta pela Reitoria, órgão de administração central, situada na cidade de Boa Vista, por 04 (quatro) campi e por 01 Campus Avançado, como segue abaixo:

- Campus Boa Vista e Zona-Oeste, sede no município de Boa Vista;
- Campus Amajari, sede no município de Amajari;
- Novo Paraíso, sede no município de Caracaraí;
- Campus Avançado do Bonfim, sede no município do Bonfim.

O IFRR tem como atividade fim ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Roraima (IFRR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 7ª Ed – vigente para o exercício de 2018) e o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR; e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFRR faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFRR quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias¹, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1 Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina ajustes de exercícios anteriores. Esses ajustes compõem a linha de resultados acumulados do balanço patrimonial (também composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o patrimônio líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de ajustes de exercícios anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS

Na contabilidade pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou lei orçamentária anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto

dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

3.5 RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Roraima, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo plano de contas aplicado ao setor público - PCASP.

4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o real. Sendo assim, as demonstrações contábeis do IFRR não apresentam registros em moeda estrangeira.

4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.5. ESTOQUES

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

4.7 INVESTIMENTOS

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e

avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFRR, não há essa categoria de investimentos.

4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, que são adotados por este órgão, no entanto apenas uma pequena parcela dos bens móveis foi reavaliada e dos imóveis ainda estão pendentes de reavaliação. Diante disto, podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

No âmbito do IFRR, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a softwares, classificada como de “vida útil indefinida”, e não possui nem marcas, direitos e patentes de vida útil definida ou indefinida, nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado.

Os ativos intangíveis do IFRR, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição ou de registro.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda não foram aplicados por este órgão. Diante disto, os bens intangíveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.10 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4.11 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET² E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFRR não é realizada a sistemática de depreciação de bens não cadastrado no SPIUnet.

2

SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

4.12 DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O IFRR ainda está em processo de lançamentos dos bens imóveis neste sistema.

4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do Instituto Federal de Roraima são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

4.14 PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito do IFRR essas provisões não são realizadas.

4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

4.16.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações

Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4.16.2 Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do IFRR, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

4.16.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRR.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFRR, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ milhares

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	
ATIVO CIRCULANTE	15.698.072,14	13.405.674,62	
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.639.135,06	9.721.416,01	
Créditos a Curto Prazo	832.580,11	732.229,28	
Demais Créditos e Valores	832.580,11	732.229,28	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	
Estoques	3.226.356,97	2.952.029,33	
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	130.909.096,51	128.873.261,44	
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.607,19	6.607,19	
Créditos a Longo Prazo	6.607,19	6.607,19	
Demais Créditos e Valores	6.607,19	6.607,19	
Estoques	-	-	
Investimentos	-	-	
Imobilizado	130.773.810,92	128.737.975,85	
Bens Móveis	45.938.015,92	45.298.263,49	
Bens Móveis	62.619.137,13	59.226.434,79	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-16.680.636,46	-13.927.686,55	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-484,75	-484,75	
Bens Imóveis	84.835.795,00	83.439.712,36	
Bens Imóveis	86.124.976,25	84.666.156,13	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.289.181,25	-1.226.443,77	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
Intangível	128.678,40	128.678,40	
Softwares	128.678,40	128.678,40	
Softwares	128.678,40	128.678,40	
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	
TOTAL DO ATIVO	146.607.168,65	142.278.936,06	
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	31.068.176,07	29.218.547,40	
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.272.017,20	7.922.266,40	
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	855.956,36	234.898,22	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	
Provisões a Curto Prazo	-	-	
Demais Obrigações a Curto Prazo	21.940.202,51	21.061.382,78	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	144.352,95	
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	73.037,87	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	
Provisões a Longo Prazo	-	-	
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	71.315,08	
Resultado Diferido	-	-	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	31.068.176,07	29.362.900,35	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	
Reservas de Capital	-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	
Reservas de Lucros	-	-	
Resultados Acumulados	115.538.992,58	112.916.035,71	
Resultado do Exercício	2.561.355,09	-198.881,84	
Resultados de Exercícios Anteriores	112.916.035,71	114.188.712,93	
Ajustes de Exercícios Anteriores	61.601,78	-1.073.795,38	
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	115.538.992,58	112.916.035,71	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	146.607.168,65	142.278.936,06	

5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial

5.1.1.1 Ativo Circulante

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”. Em 31/12/2021, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 11.639.135,06, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	R\$ 1.836.177,45	R\$ 1.732.592,33	5,98
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	R\$ 9.802.957,61	R\$ 7.988.823,68	22,71
Total (Caixa e equivalentes de caixa)	R\$ 11.639.135,06	R\$ 9.721.416,01	19,73

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

Como se pode observar na Tabela 1, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento”, apresentando um saldo de R\$ 9.802.957,61 correspondendo ao aumento de 22,71% em relação ao período 31/12/2020. Considerando que as ordens bancárias só são processadas no 1º dia útil à data de pagamento no sistema, os valores registrados nesta conta correspondem aos pagamentos realizados no dia 31/12/2021, e correspondem em sua maioria à folha de pessoal do IFRR, e que são processados apenas no 1º dia útil do mês subsequente. A somatória das duas contas corresponde à conta Caixa e equivalentes de caixa no Balanço Patrimonial e apresentou um aumento de 19,73% em 31/12/2021.

Nota 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou até 31/12/2021 um montante de R\$ 832.580,11. A composição desse grupo é demonstrada da seguinte forma:

Tabela 2 - Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Salários e ordenados	R\$ 172.504,65	R\$ 73.795,42	133,76
Adiantamentos concedidos	R\$ 1.641,60	-	-
Adiantamentos a prestadores de serviços	R\$37.014,95	R\$ 37.014,95	0,00
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 8.094,99	R\$ 8.094,99	0,00
Adiantamentos termo de execução descentralizada	R\$ 613.323,92	R\$ 613.323,92	0,00
Total	R\$ 832.580,11	R\$ 732.229,28	13,70

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

No 4º trimestre de 2021 a variação em comparação a dezembro de 2020, conforme demonstra a Tabela 2, foi de 13,70%. A conta “Adiantamentos termo de execução

descentralizada” apresenta um registro de R\$ 613.323,92, referente a adiantamento de recursos de créditos de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR.

Nota 03 – Estoques

Os estoques do Instituto Federal de Roraima são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades. Em 31/12/2021, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 3.226.356,97 que estão registrados pelo custo médio ponderado. Na Tabela 3, é apresentada a composição dos estoques no 4º trimestre de 2021:

Tabela 3 - Estoques - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV(%)
Almoxarifado	R\$ 2.521.760,07	R\$ 2.274.864,43	10,85	78,16
Outros estoques – consolidação	R\$ 704.596,90	R\$ 677.164,90	4,05	21,84
Total	R\$3.226.356,97	R\$ 2.952.029,33	9,29	100

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

O item mais relevante que compõe o Estoque é a conta de Materiais de Consumo, 78,16% do grupo, no 4º trimestre de 2021. Pode-se analisar na Tabela 3, que a conta de Almoxarifado apresentou um aumento de 10,85% em relação a 31/12/2020 e percebe-se uma variação natural da conta, que registra valores para suprimento das necessidades do IFRR, no que tange ao consumo de insumos no 4º trimestre. A conta Almoxarifado – consolidação é uma conta sintética que é composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação. O saldo da conta Estoques sofreu uma variação de 9,29% em relação a dezembro/2021.

5.1.1.2 Ativo Não Circulante

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na Tabela 4, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 4º trimestre de 2021 em comparação ao exercício de 2020.

Tabela 4 - Imobilizado – Composição

	31/12/2021 – R\$	31/12/2020 – R\$	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis	45.938.015,92	45.298.263,49	1,41	35,13
(+) Valor Bruto Contábil	62.618.137,13	59.226.434,79	5,73	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-16.680.636,46	-13.927.686,55	19,77	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-484,75	-484,75	0,00	
Bens Imóveis	84.835.795,00	83.439.712,36	1,67	64,87
(+) Valor Bruto Contábil	84.124.976,25	84.666.156,13	-0,64	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.289.181,25	-1.226.443,77	5,12	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	
Total	130.773.810,92	128.737.975,85	1,58	100

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020.

Em 31/12/2021, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 130.773.810,92 relacionados ao imobilizado, o que representa um aumento de 1,58% quando comparado ao período de 31/12/2020. Em relação à conta depreciação/amortização acumulada de bens móveis, percebe-se uma variação positiva de 19,77% em função da depreciação das aquisições de bens e 1,67% em relação à depreciação de bens imóveis. O imobilizado corresponde a 89,20% do ativo total.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRR em 31/12/2021 totalizavam R\$ 62.619.137,13, correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 - Bens Móveis - Composição

	31/12/2021 – R\$	31/12/2020 – R\$	AH (%)	AV (%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	19.095.995,73	18.292.077,35	4,39	30,50
Bens de informática	16.574.254,21	14.513.691,74	14,20	26,47
Móveis e utensílios	12.990.850,41	12.742.339,72	1,95	20,75
Material cultural, educacional e de comunicação	5.367.552,27	5.171.883,36	3,78	8,57
Veículos	7.813.187,47	7.735.686,97	1,00	12,48
Bens em almoxarifado	150.032,56	150.032,56	0,00	0,24
Demais bens móveis	627.264,48	620.723,09	1,05	1,00
(=) Valor Bruto Contábil	62.619.137,13	59.226.434,79	5,73	100,00
(-) Depreciação e amortização acumulada	-16.680.636,46	-13.927.686,55	19,77	
(-) Redução ao valor recuperável	-484,75	-484,75	0	
Total	45.938.015,92	45.298.263,47	1,41	

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

Dos Bens Móveis registrados no IFRR, 30,50% referem-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao

total bruto dos Bens Móveis. Apresentou uma variação positiva de 4,39% referente a aquisições de imobilizado no período. Este subgrupo é composto pelas principais contas a seguir, apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 2.067.558,58	R\$2.044.794,96	1,11	10,83
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 630.392,68	R\$580.689,02	8,56	3,30
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	R\$ 2.534.790,08	R\$2.410.494,56	5,16	13,27
Aparelho e equipamentos para esportes	R\$ 1.041.363,92	R\$1.041.363,92	0,00	5,45
Equipamento de proteção e segurança	R\$ 733.020,31	R\$733.020,31	0,00	3,84
Máquinas e equipamentos industriais	R\$ 500.943,00	R\$469.694,46	6,65	2,62
Máquinas e equipamentos energéticos	R\$ 5.754.710,27	R\$5.236.979,23	9,89	30,14
Máquinas e equipamentos gráficos	R\$ 43.814,12	R\$48.914,12	-10,43	0,23
Máquinas, ferramentas e utensílios	R\$ 294.436,00	R\$229.432,78	28,33	1,54
Equipamentos, peças e acessórios	R\$ 302.899,96	R\$302.899,96	0,00	1,59
Equipamentos de manobras e patrulha	R\$ 290,00	R\$290,00	0,00	0,00
Máquinas e utensílios agropecuários	R\$ 1.469.337,63	R\$1.469.337,63	0,00	7,69
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R\$ 1.264.442,49	R\$1.263.119,02	0,10	6,62
Máquinas e equipamentos – construção	R\$ 301.089,32	R\$301.089,32	0,00	1,58
Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	R\$ 120.707,95	R\$133.556,63	-9,62	0,63
Máquinas, utensílios e equipamento	R\$ 1.950.918,83	R\$1.941.509,84	0,48	10,22
Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	R\$ 85.280,59	R\$84.891,59	0,46	0,45
Total	19.095.995,73	18.292.077,35	4,39	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública SUAP, que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União. Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o Instituto Federal de Roraima visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Espera-se que com a futura implantação dessa ferramenta essas inconsistências sejam regularizadas/minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, conciliação, reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR. Outra situação que ocorre, é que as transferências entre as unidades precisam ser regularizadas.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRR em 31/12/2021 totalizaram R\$ 86.124.976,25 correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente amortização, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na Tabela 7.

Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Bens de uso especial	R\$ 34.085.283,04	R\$ 34.085.283,04	0	39,58
Bens imóveis em andamento	R\$ 50.696.780,02	R\$ 49.245.650,42	2,95	58,86
Instalações	R\$ 1.319.133,19	R\$ 1.311.442,67	0,59	1,53
Benfeitorias em propriedade de terceiros	R\$ 23.780,00	R\$ 23.780,00	0	0,03
Valor Bruto Contábil	R\$ 86.124.976,25	R\$ 84.666.156,13	1,72	100,00
Depreciação acumulada - bens imóveis	-R\$ 1.289.181,25	-R\$ 1.226.443,77	5,12	
Total	R\$ 84.835.795,00	R\$ 83.439.712,36	1,67	

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

De acordo com a Tabela 7, os “Bens imóveis em andamento” correspondem a 58,86% do valor bruto contábil de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRR, e teve um aumento de 2,95% em relação a 31/12/2020. Importante ressaltar, que a conta “Bens imóveis em andamento” está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU. Ressalta-se ainda que se deve realizar uma avaliação dos bens imóveis em andamento da Instituição para que se possa transferir os saldos desta conta para conta específica, o que neste caso, envolve vários setores e ações a serem realizadas.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Na Tabela 8 é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 8 - Intangível – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 128.678,40	R\$ 128.678,40	0
Total	R\$ 128.678,40	R\$ 128.678,40	

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo. Em 31/12/2021, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 128.678,40 relacionados à intangível não sofrendo variação em relação ao período dezembro/2020. Estes softwares foram adquiridos para atender ao Departamento Técnico de Engenharia da Reitoria do IFRR.

5.1.1.3 Passivo Circulante

Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante). No IFRR não há valores registrados em caráter de Longo Prazo. Em 31/12/2021, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 855.956,36 relacionados com fornecedores e contas a pagar de obrigações a curto prazo. A seguir, apresenta-se a Tabela 9 segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 9 - Fornecedores e contas a pagar - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Circulante			
Nacionais	R\$ 855.956,36	R\$ 234.898,22	264,39
Não Circulante			
Nacionais			
Total	R\$ 855.956,36	R\$ 234.898,22	264,39

Fonte: Balanço Patrimonial (dezembro/2021)

A composição dos fornecedores e contas a pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve um aumento de 264,39% em relação ao período 31/12/20. Esta obrigação foi reduzida com os repasses de recursos no início do mês de janeiro/2022. A seguir, apresenta-se a Tabela 10 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2021.

Tabela 10 - Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante

	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	262.076,40	0,00	30,62	
158350 – Campus Boa Vista Centro	94.063,79	85.720,49	10,99	9,73
158351 – Campus Novo Paraíso	99.762,06	13.094,98	11,66	661,83
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	306.052,22	15.283,45	35,76	1902,51
158510 – Campus Amajari	94.001,89	120.799,3	10,98	-22,18
Total do Órgão	855.956,36	234.898,22	100,00	264,39

Fonte: SIAFI/Balancete (dezembro/2021).

Considerando a variação entre o período de dezembro/2021 e dezembro/2020, em todas as unidades houve o aumento de obrigações em relação ao período anterior, excetuando-se o Campus Amajari que apresentou uma redução de -22,18 considerando que o repasse de recursos só ocorreu no início de outubro/2021. O Campus Zona Oeste foi o que apresentou maior vulto de fornecedores a pagar o que correspondeu a 35,76% do total do órgão.

Na Tabela 11 apresentada a seguir, relaciona-se os 10 fornecedores mais expressivos a pagar do órgão e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2021.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

CNPJ	FORNECEDOR	31/12/2021	AV (%)
04529815000113	CONSTRUTORA BRILHANTE LTDA	183.210,25	23,90
07857759000134	R T COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E TRANSPORTE DE	135.849,09	17,72
17278082000133	HAZA CONSTRUCOES DE EDIFICIOS EIRELI	120.161,97	15,68
11892959000103	EVOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA	65.570,45	8,55
23156999000168	OWNERGY SOLUCOES E INSTALACOES ECO EFICIENTES LTDA	64.583,72	8,43
19234161000178	OFFICE COMERCIO E SERVICOS EIRELI	54.785,04	7,15
26085154000117	PHOENIX INSTRUMENTAL CIENTIFICA LTDA	53.663,55	7,00
03746938000143	BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	38.225,56	4,99
25278459000506	SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A.	27.631,02	3,60
12614427000169	MM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI	22.789,85	2,97
TOTAL		766.470,50	100,00

Fonte: SIAFI (dezembro/2021).

A Tabela 11 demonstra os fornecedores mais expressivos da Instituição, e o percentual de cada fornecedor se refere ao total de contas a pagar em 31/12/2021 no valor de R\$ 766.470,50. O fornecedor mais significativo do 4º trimestre corresponde a 23,90%. A seguir é apresentado o Quadro 1 resumindo as principais transações:

Quadro 1 – Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor R\$	Data de Referência
04529815000113	Referente a uma quadra coberta a fim de suprir as necessidades do IFRR/CBVZO	183.210,25	30/12/2021
07857759000134	Serviços remanescentes do muro e gradil do terreno do Campus Avançado de Bonfim	135.849,09	várias
17278082000133	Serviços de engenharia prestados ao Campus Boa Vista Zona Oeste	120.161,97	várias
11892959000103	Construção de 2 (dois) alojamentos no IFRR - campus Novo Paraíso.	65.570,45	09/12/2021
23156999000168	Aquisição de sistema gerador fotovoltaico para o CAB, CNP e CAM	64.583,72	várias
19234161000178	Limpeza e conservação do CBV	54.785,04	28/12/2021
26085154000117	Aquisição de materiais para os laboratórios do curso superior de aquicultura	53.663,55	27/12/2021
03746938000143	Almoxarifado virtual: REI e CBV	38.225,56	várias
25278459000506	Reconhecimento de dívida de exercícios anteriores de serviços de vigilância do CNP	27.631,02	28/12/2021
12614427000169	Serviços de motorista da Reitoria e do CAM	22.789,85	várias

Fonte: SIAFI (dezembro/2021).

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar pendente até 31/12/2021 se refere empresa Construtora Brilhante Ltda, empresa responsável pela construção de uma quadra coberta no Campus Boa Vista Zona Oeste.

Nota 07 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2021, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 20.297.595,70 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos.

A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12 - Obrigações contratuais - Composição Órgão

	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	42.539,55	555.924,06	0,21	-92,35
Fornecimento de Bens	4.800.699,82	3.517.261,54	23,65	36,49
Seguros	14.617,74	14.880,99	0,07	-1,77
Serviços	15.439.738,59	14.297.734,06	76,07	7,99
Total	20.297.595,70	18.385.800,65	100,00	10,40

Fonte: Tesouro Gerencial, dezembro/2021.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde a 76,07% ao final de 31/12/2021. Em relação ao período 31/12/2020, houve um aumento de 10,40% de obrigações contratuais. Os contratos com aluguéis apresentaram uma redução de -92,35% em relação ao período 31/12/2020, considerando as liquidações ocorridas referentes ao prédio da Reitoria, e os contratos de serviços apresentaram um aumento de 7,99%.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2021.

Tabela 13 - Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH(%)
158152 – Reitoria	5.066.782,22	4.754.550,39	24,99	6,57
158350 – Campus Boa Vista Centro	7.776.696,60	4.069.765,55	38,36	91,08
158351 – Campus Novo Paraíso	5.111.555,48	6.109.417,75	25,21	-16,33
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	1.049.465,56	1.597.652,02	5,18	-34,31
158510 – Campus Amajari	1.269.882,18	1.839.533,95	6,26	-30,97
Total	20.274.382,04	18.370.919,66	100,00	10,36

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

As unidades Boa Vista Centro e Novo Paraíso foram responsáveis por 63,57% do total contratado. O Campus Boa Vista teve um crescimento de 91,08% nas contratações em relação a dezembro/2020. Enquanto o órgão apresentou um aumento de 10,36% em relação ao período de 31/12/2020.

Na Tabela 14 apresentada a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2021.

Tabela 14 - Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução

CNPJ/ Inscrição Genérica		31/12/2021	AV (%)
03746938000143	BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	2.879.553,23	24,94
34805903000161	AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	1.758.002,40	15,22
02341470000144	RORAIMA ENERGIA S.A	1.295.584,04	11,22
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	970.745,76	8,41
03397088000115	ITAMAR C. DA SILVA	933.815,74	8,09
11892959000103	EVOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA	876.936,98	7,59
IC18A21BV	APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENCAO PREDIAL	838.648,95	7,26
23156999000168	OWNERGY SOLUCOES E INSTALACOES ECO EFICIENTES LTDA	696.384,60	6,03
15790280000156	R M P ROMERO	686.400,00	5,94
ICC072021	LIMPEZA, CONSERVACAO E HIGIENIZACAO	611.683,77	5,30
		11.547.755,47	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2021).

O contrato mais expressivo de serviço ao fim de 31/12/2021 refere-se ao contrato de serviços de gerenciamento logístico (Almoxarifado Virtual) realizado na Reitoria, Campus

Boa Vista e Amajari, e que corresponde a 24,94% do total dos 10 contratos mais expressivos, seguido do transporte de alunos do Campus Novo Paraíso que corresponde a 15,22%.

Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria solicita análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir o que realmente a instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, cada unidade tem responsabilidade de atualização sobre seus contratos. Assim, para verificar a vigência ou número do contrato pode-se solicitar à administração de cada campus.

Quanto ao controle dos contratos por inscrição genérica, foi elaborado um manual de procedimentos pelo Departamento de Contabilidade e Finanças visando diferenciar os contratos prestados por uma mesma empresa. Assim, quando da consulta na conta de contratos (aluguel, seguros, serviços e bens) na transação >conrazao no SIAFI, o conta corrente da conta contábil pode estar classificado pelo número do contrato na respectiva unidade gestora. Os contratos que não atualizaram a inscrição genérica apresentam o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) como conta corrente da conta contábil.

5.1.1.4 Passivo Não Circulante

Nota 08 – Precatórios a Curto prazo

As obrigações a longo prazo foram canceladas e transferidas para curto prazo. Assim, esta provisão das obrigações a pagar a curto prazo está registrada na unidade gestora/gestão: 158152/26437 na conta de controle Precatórios a Pagar e foi atualizada conforme Tabela 15 abaixo.

Tabela 15 - Precatórios Curto Prazo

Conta Contábil	211110300	218911300	899910403	899910403
	PRECATORIOS DE PESSOAL	PRECATORIOS DE TERCEIROS	PRECATORIOS A PAGAR - UG DE ORIGEM	PRECATORIOS A PAGAR - UG DE ORIGEM
Mês Lançamento	DEZ/2021	DEZ/2021	DEZ/2021	014/2020
Conta Corrente	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$
090049			160.507,84	144.352,95
PR1RG2022	81.540,35	78.967,49		

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2021).

5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	155.717.524,89	153.005.821,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	130.342,00	5.469,61
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	130.342,00	5.469,61
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	154.877.103,38	151.250.912,43
Transferências Intragovernamentais	154.036.517,09	151.076.489,62
Transferências Intergovernamentais	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	840.586,29	174.422,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	489.753,84	1.513.380,38
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.238,42	11.139,90
Ganhos com Desincorporação de Passivos	484.515,42	1.502.240,48
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	220.325,67	236.059,34
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	220.325,67	236.059,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	153.156.169,80	153.204.703,60
Pessoal e Encargos	99.525.802,67	96.205.541,01
Remuneração a Pessoal	78.255.387,68	75.842.171,22
Encargos Patronais	16.251.202,06	15.355.072,73
Benefícios a Pessoal	4.975.919,36	4.810.424,17
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	43.293,57	197.872,89
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.729.412,52	20.846.804,52
Aposentadorias e Reformas	20.509.032,68	18.757.640,61
Pensões	1.003.517,70	836.592,20
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.216.862,14	1.252.571,71
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14.575.896,21	15.213.446,63
Uso de Material de Consumo	1.691.947,19	1.424.583,08
Serviços	10.050.108,33	10.914.515,29
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.833.840,69	2.874.348,26
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	861,91	20.568,73
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	861,91	20.568,73
Transferências e Delegações Concedidas	14.298.809,14	15.481.930,28
Transferências Intragovernamentais	13.538.178,23	15.299.164,96
Transferências Intergovernamentais	8.897,56	25.328,84
Outras Transferências e Delegações Concedidas	751.733,35	157.436,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.021.852,79	4.566.660,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	3.999,90	-
Incorporação de Passivos	1.009.473,41	4.562.954,87
Desincorporação de Ativos	8.379,48	3.705,67
Tributárias	19.895,09	58.119,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.178,12	3.153,88
Contribuições	15.716,97	54.965,51
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	983.639,47	811.632,50
Premiações	-	-
Incentivos	982.418,58	811.262,00
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.220,89	370,50
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.561.355,09	-198.881,84

5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para O IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2021 foi superavitário em R\$ **2.561.355,09** se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ **155.717.524,89**) e Diminutivas (R\$ **153.156.169,80**). As variações aumentativas apresentaram aumento de 1,77%, enquanto as variações diminutivas uma redução de -0,03% em comparação ao mesmo período do exercício de 2020. A despesa com Pessoal e Encargos em dezembro/2021 foi a que mais contribuiu no total das variações patrimoniais diminutivas, correspondendo a 64,98% e apresentando um aumento de 3,45% em relação a dezembro/2020. A seguir apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais Resumida.

26137 - INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA				
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA				
	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV - 12/21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	155.717.524,89	153.005.871,76	1,77%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	110.142,00	5.409,51	2283,02%	0,08%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-		0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	194.877.108,88	151.250.912,48	2,90%	92,46%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	489.758,84	1.514.380,48	67,64%	0,31%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	210.425,67	238.069,34	-6,67%	0,17%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	153.156.169,80	153.201.703,90	-0,03%	100,00%
Pessoal e Encargos	98.515.802,67	96.205.541,01	3,45%	64,98%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.719.412,52	20.846.804,52	9,23%	14,84%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14.575.896,21	15.213.446,55	-4,19%	9,52%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	861,91	20.568,73	-15,81%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	14.278.509,14	15.481.910,78	-7,54%	9,74%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.021.852,79	4.560.600,54	-77,02%	0,67%
Tributárias	10.895,00	58.119,30	65,77%	0,01%
Custo Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	968.830,47	811.642,50	21,19%	0,67%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.561.355,09	(198.881,84)	-1387,88%	

5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	13.541,00	13.541,00	130.342,00	116.801,00
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	12.242,00	12.242,00	13.920,00	1.678,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	12.242,00	12.242,00	13.920,00	1.678,00
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.299,00	1.299,00	116.422,00	115.123,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.299,00	1.299,00	116.412,00	115.113,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	10,00	10,00
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	69.171.420,00	69.171.420,00	-	-69.171.420,00
Operações de Crédito	69.171.420,00	69.171.420,00	-	-69.171.420,00
Operações de Crédito Internas	69.171.420,00	69.171.420,00	-	-69.171.420,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	69.184.961,00	69.184.961,00	130.342,00	-69.054.619,00
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	69.184.961,00	69.184.961,00	130.342,00	-69.054.619,00
DEFICIT			144.315.512,74	144.315.512,74
TOTAL	69.184.961,00	69.184.961,00	144.445.854,74	75.260.893,74

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
4º Trimestre/2021

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	4.232.574,00	-	-4.232.574,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	4.232.574,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	139.515.917,00	138.894.785,00	138.020.245,30	131.665.148,29	121.852.576,48	874.539,70
Pessoal e Encargos Sociais	113.943.462,00	118.162.707,00	117.402.890,49	117.402.890,49	108.452.807,75	759.816,51
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	25.572.455,00	20.732.078,00	20.617.354,81	14.262.257,80	13.399.768,73	114.723,19
DESPESAS DE CAPITAL	332.049,00	5.185.755,00	6.425.609,44	119.205,54	35.240,77	-
Investimentos	332.049,00	5.185.755,00	6.425.609,44	119.205,54	35.240,77	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	139.847.966,00	144.080.540,00	144.445.854,74	131.784.353,83	121.887.817,25	-365.314,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	139.847.966,00	144.080.540,00	144.445.854,74	131.784.353,83	121.887.817,25	-365.314,74
TOTAL	139.847.966,00	144.080.540,00	144.445.854,74	131.784.353,83	121.887.817,25	-365.314,74

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	397.280,01	7.520.143,25	4.902.525,50	4.824.850,02	1.117.548,58	1.975.024,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	38.305,58	13.150,52	13.150,52	25.155,06	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	397.280,01	7.481.837,67	4.889.374,98	4.811.699,50	1.092.393,52	1.975.024,66
DESPESAS DE CAPITAL	2.484.430,83	5.578.883,59	4.652.712,57	4.056.066,49	585.424,25	3.421.823,68
Investimentos	2.484.430,83	5.578.883,59	4.652.712,57	4.056.066,49	585.424,25	3.421.823,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.881.710,84	13.099.026,84	9.555.238,07	8.880.916,51	1.702.972,83	5.396.848,34

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS
LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.863,39	7.962.431,45	7.961.969,24	1.201,64	8.123,96
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.439.260,33	7.438.886,90	-	373,43
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.863,39	523.171,12	523.082,34	1.201,64	7.750,53
DESPESAS DE CAPITAL	-	189.775,33	189.775,33	-	-
Investimentos	-	189.775,33	189.775,33	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8.863,39	8.152.206,78	8.151.744,57	1.201,64	8.123,96

5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. Vale destacar, que o efetivo desempenho do orçamento comparando as receitas e despesas realizadas é feito sob o enfoque orçamentário, ou seja, receitas arrecadadas em confronto com as despesas empenhadas. A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referente ao 3º trimestre de 2021.

5.3.1.1 Receitas Orçamentárias

No 4º trimestre de 2021 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 130.342,00, enquanto as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 144.445.854,74, que gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$ 144.315.512,74

A justificativa para esta desproporcionalidade é que as receitas realizadas se referem somente as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, onde não são computadas as transferências financeiras recebidas do MEC e das descentralizações de créditos recebidas de outras unidades orçamentárias.

No entanto, apesar do déficit orçamentário, podemos observar o desempenho da realização da receita, conforme demonstrado na Tabela 16 a seguir.

Tabela 16: Desempenho da Realização da Receita

Categoria Econômica da Receita	Previsão atualizada	Realização da receita	Saldo
Receitas Correntes	R\$ 13.541,00	R\$ 130.342,00	R\$ 116.801,00
Receitas de Capital	R\$ 69.171.420,00	R\$ 0,00	- R\$ 69.171.420,00
Total da Arrecadação da Receita	-	R\$ 130.342,00	R\$ -69.054.619,00

Fonte: SIAFI WEB 2021

Pode-se observar que houve um excesso de arrecadação de receitas correntes, pois o total arrecadado nesta categoria foi superior à previsão atualizada, obtendo assim um saldo R\$ **R\$ 116.801,00**.

No entanto, houve uma insuficiência de arrecadação em relação despesa de capital, por se tratar somente de uma previsão de operações de créditos, registrada no balanço do órgão pela Secretaria de Orçamento Federal, no dia 23/04/2021, após a aprovação da Lei Orçamentária do exercício corrente, como Título de Responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido geralmente para a cobertura de déficit orçamentário.

Para entender melhor como as despesas da instituição são pagas, as informações presentes no Balanço Orçamentário devem ser analisadas em conjunto com as do Balanço Financeiro e das Demonstrações de Fluxos de Caixas, os quais demonstram os recursos financeiros disponíveis de R\$ 130.342,00 (receitas orçamentárias arrecadadas) mais as Transferências Financeiras Recebidas de R\$ 154.036.517,09 (contrapartida dos créditos orçamentários recebidos e dos restos a pagar inscritos), que perfizeram um total de R\$ 154.166.859,09, para atender às despesas com custeio e de investimentos executadas até o quarto trimestre.

A Tabela 17 apresenta a classificação das receitas pela origem, que visa identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Tabela 17: Receitas arrecadadas – por origem

Receitas Correntes	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Composição
Receita Patrimonial	R\$ 12.242,00	R\$ 13.920,00	10,68
Receita de Serviços	R\$ 1.299,00	R\$ 116.422,00	89,32
Total de Receitas Correntes	R\$ 13.541,00	R\$ 130.342,00	100,00

Receitas de Capital	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Composição
Operações de Crédito	R\$ 69.171.420,00	R\$ 0,00	-
Total de Receitas (corrente + capital)	R\$ 69.184.961,00	R\$ 112.152,00	-

Fonte: SIAFI WEB 2021

Observa-se que a coluna da composição apresenta o percentual do valor arrecadado por origem da receita em relação à arrecadação total no 4º trimestre. A realização de receita de serviço representa a maior parte da arrecadação das receitas correntes, 89,32% do total arrecadado.

A Tabela 18 demonstra a composição pela a natureza da receita que tem a finalidade de identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador.

Tabela 18: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita

Natureza da receita	Previsão atualizada	Realização da Receita	% Composição
Receita patrimonial			
Aluguéis e arrendamentos	R\$ 12.242,00	R\$ 13.920,00	10,67
Receitas de serviços			
Serviços administrativos e comerciais gerais	R\$ 1.299,00	R\$ 1.980,00	1,52
Inscr. em Concursos e Proc. Seletivos – Principal	-	R\$ 114.432,00	87,79
Outros Serviços – Principal	-	R\$ 10,00	0,02
Receita de capital			
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - MERC.INT.-PRINC.	69.171.420,00	-	-
Total das Receitas	R\$ 69.184.961,00	R\$ 130.342,00	100

Fonte: Tesouro Gerencial

A coluna do percentual de composição refere-se ao valor arrecadado por natureza em relação ao total da receita realizada. As receitas provenientes das inscrições de processos seletivos atingiram 87,79% referente ao total de receitas realizadas.

5.3.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas, as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes da Instituição são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado para a sociedade. No 4º trimestre, passou a corresponder a 96,40% do total fixado no orçamento.

As despesas de capital foram fixadas em R\$ 332.049,00, que representa 3,60% do total da dotação atualizada no orçamento. Esta categoria de despesa visa atender gastos com aquisição de equipamentos, materiais permanentes, imóveis, obras e outros.

Conforme apresentado no quadro de despesa do Balanço Orçamentário os gastos que compõem as despesas correntes são: despesas com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes. A Tabela 19 apresenta a execução das despesas correntes por grupo de natureza de despesa.

Tabela 19: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa

Categoria econômica	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	% Execução
Despesas correntes	R\$ 138.894.785,00	R\$ 138.020.245,30	99,37
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 118.162.707,00	R\$ 117.402.890,49	99,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	R\$ 20.732.078,00	R\$ 20.617.354,81	99,45
Despesas de capital	R\$ 5.185.755,00	R\$ 6.425.609,44	123,91
Investimentos	R\$ 5.185.755,00	R\$ 6.425.609,44	123,91
Total das despesas	R\$ 144.080.540,00	R\$ 144.445.854,74	100,25

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

A coluna de percentual indica o total das despesas empenhadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa em relação à dotação atualizada, no 4º trimestre já foram empenhadas 100,25% do total previsto no orçamento para o exercício. O total empenhado superior ao total fixado no orçamento justifica-se através de recursos recebidos de órgãos externos para execução de despesas no âmbito do Instituto Federal de Roraima. Estes créditos não estão previstos no orçamento da instituição e sim no orçamento do órgão concedente do recurso.

Pode-se observar no balanço orçamentário que, no 4º trimestre, a dotação atualizada fixada, para atender o grupo outras despesas correntes, foi de R\$ 20.732.078,00, deste total foram empenhados R\$ 20.617.354,81, o que corresponde a um percentual de 99,45% desta dotação destinada para atender despesas com aquisição de material de consumo, serviços realizados por pessoas físicas e jurídicas, diárias, auxílios e outras despesas, conforme execução demonstrada por elemento de despesa na Tabela 20.

Tabela 20: Outras despesas correntes por elemento de despesa (em R\$)

Elemento Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	AV
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.389.508,88	30,99%
AUXILIO-ALIMENTACAO	3.575.478,53	17,34%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	3.231.807,64	15,68%
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	1.417.826,30	6,88%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.331.099,20	6,46%
MATERIAL DE CONSUMO	1.007.146,16	4,88%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	690.445,48	3,35%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	537.283,21	2,61%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	525.634,58	2,55%
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	467.014,00	2,27%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	333.723,00	1,62%
AUXILIO-TRANSPORTE	299.789,51	1,45%
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	296.750,00	1,44%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	146.293,70	0,71%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	110.283,61	0,53%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	99.728,63	0,48%
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	84.329,32	0,41%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	47.099,71	0,23%
CONTRIBUICOES	23.075,53	0,11%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	3.037,82	0,01%
Total	20.617.354,81	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

As despesas com locação de mão-de-obra, auxílio alimentação e outros serviços de terceiros realizados por pessoa jurídica foram executadas, respectivamente, nos valores de R\$ R\$ 6.389.508,88, R\$ 3.575.478,53 e R\$ 3.231.807,64, que representaram o maior volume de gasto com custeios do órgão, representando assim 64,01% do total empenhado deste grupo.

A seguir é apresentada a Tabela 21 referente à movimentação orçamentária.

Tabela 21: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$)

Categoria econômica	Dotação atualizada (a)	Descentralizações recebidas Provisões + Destaque (b)	Descentralizações Concedidas Provisões + Destaque (c)	Total de despesas empenhadas (d)	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a+b-c-d-e)	% Execução
Despesas correntes	138.894.785,00	10.785.502,57	9.947.074,92	138.020.245,30	-	1.712.967,35	99,37
Despesas de capital	5.185.755,00	R\$ 7.460.051,19	6.218.386,04	6.425.609,04	0,33	1.810,38	123,91
Total das despesas	144.080.540,00	18.245.553,76	16.165.460,96	144.445.854,74	19.633.745,00	1.714.777,73	100,25

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

A coluna execução apresenta o percentual empenhado por categoria econômica em relação à dotação atualizada somada aos destaques recebidos. A Tabela 21 demonstra a composição do crédito disponível do órgão, que é a soma da dotação atualizada mais as descentralizações recebidas (provisões e destaques) menos as descentralizações concedidas (provisões e destaques), o total de despesas empenhadas e o crédito bloqueado.

A conta descentralizações recebidas é composta pela soma das provisões (movimentação interna de créditos) mais destaques recebidos (movimentação de créditos de outros órgãos), e no 4º trimestre foi de R\$ 18.245.553,76.

As provisões de créditos recebidas do MEC em relação à dotação atualizada fixada no orçamento do órgão para atender despesas com custeio e investimentos, no 4º trimestre foram de R\$ 16.165.460,74.

Já os destaques de créditos recebidos de outros órgãos chegaram a um total de R\$ 2.090.092,80. Estes créditos foram descentralizados para o IFRR, conforme segue no Quadro 2.

Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos

Órgãos Concedentes	Objeto da Despesa	Tipo de Gasto	Valor do Destaque
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC	Obra de Acessibilidade - Campus Boa Vista.	Investimento	R\$ 612.038,49
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC	Aquisição de Equipamentos para Garantir a Segurança do Data Center.	Investimento	R\$ 247.166,67
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC	Construção de uma sala de aula modular no Campus Avançado Bonfim.	Investimento	R\$ 302.400,00
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC	Reajuste de valores das usinas fotovoltaicas.	Investimento	R\$ 72.219,99
Diretoria de Educação a Distância/CAPES – DED/CAPES	Programa Ciência é 10 – formação de especialistas.	Custeio	R\$ 11.000,00

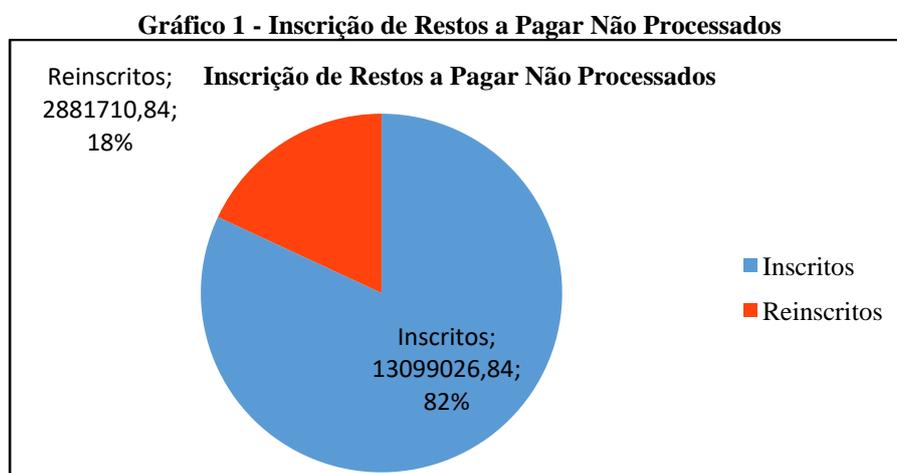
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES	Financiamento das atividades da UAB/IFRR	Custeio	R\$ 64.247,57
Instituto Federal do Sudeste de MG	Pagamento de gratificação de encargo de curso e concurso.	Custeio	R\$ 221,15
Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDDT	Aquisição de materiais para implantação de um Núcleo para o desenvolvimento do Futebol.	Custeio	R\$ 80.940,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Custeio	R\$ 179.978,93
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	Oferta de vagas em cursos de microempreendedor individual	Custeio	R\$ 320.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	Oferta de vagas em cursos de qualificação profissional – Energif	Custeio	R\$ 80.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	Oferta de vagas em cursos de qualificação profissional – Emprega Mais	Custeio	R\$ 119.880,00
Total			R\$ 2.090.092,80

Fonte: SIAFI Operacional (dezembro/2021).

5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2020 foram inscritos e reinscritos em RPNP o valor de R\$ 14.235.241,86 enquanto em 2021 o valor de R\$ 15.980.737,68 o que corresponde a um aumento de 12,26%. No Gráfico 1 é apresentada a Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados referente aos empenhos de 2020 (inscritos) e exercícios anteriores (reinscritos)



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do valor total, 81,97% correspondem ao exercício de 2020, enquanto 18,03% a exercícios anteriores. A execução dos Restos a Pagar não Processados a Liquidar no 4º Trimestre se deu conforme Tabela 22 abaixo:

Tabela 22: Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG

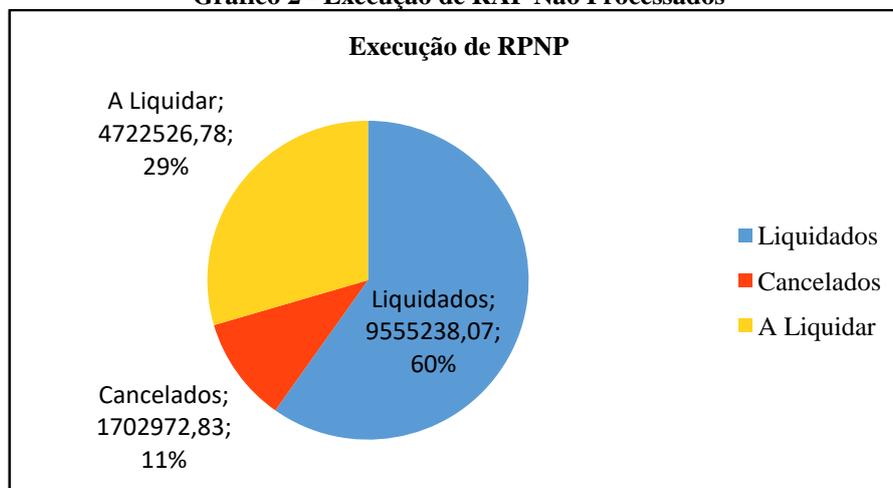
Unidade Gestora	Inscritos	Reinscritos	Liquidados	Cancelados	A Liquidar	Pagos	A Pagar	Bloqueados
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)-(B)-(C)-(D)	(F)	(G)=(B)-(F)+(D)+E	
158152	1.831.595,70	283.983,61	1.345.378,45	300.738,12	469.462,74	1.130.412,08	684.429,11	0,00
158350	3.928.821,20	497.778,35	2.902.618,10	1.173.735,13	350.246,32	2.862.615,19	390.249,23	0,00
158351	2.492.435,31	1.668.635,25	2.1058.856,38	125.527,15	1.929.687,03	2.031.807,31	2.003.736,10	0,00
158352	2.321.738,71	150.882,37	1.2355.059,04	35.973,67	1.181.588,37	963.432,23	1.473.215,18	0,00
158510	2.524.435,92	280.431,26	1.946.326,10	66.998,76	791.542,32	1.892.649,70	845.218,72	0,00
TOTAL	13.099.026,84	2.881.710,84	9.555.238,07	1.702.972,83	4.722.526,78	8.880.916,51	5.396.848,34	0,00
	15.980.737,68	%	59,79%	10,66%	29,55%	55,57%	33,77%	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2021).

Houve uma redução de -2,61% de Restos a Pagar Inscritos do Exercício 2020 em relação ao exercício 2019, no entanto, um aumento de 266,82% em Restos a pagar reinscritos referente aos exercícios anteriores, principalmente os empenhos do exercício 2019 que tem validade até 30/06/2021. Do total inscrito e reinscrito foi pago até dezembro/2021 o percentual de 55,57%, restando um saldo pagar de 33,77%. Os RPNP Bloqueados foram cancelados automaticamente em 31/12/2021 conforme legislação que trata de Restos a Pagar.

A execução dos Restos a Pagar Não Processados do 4º trimestre de 2021 pode ser ilustrada pelo Gráfico 2 que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.

Gráfico 2 - Execução de RAP Não Processados

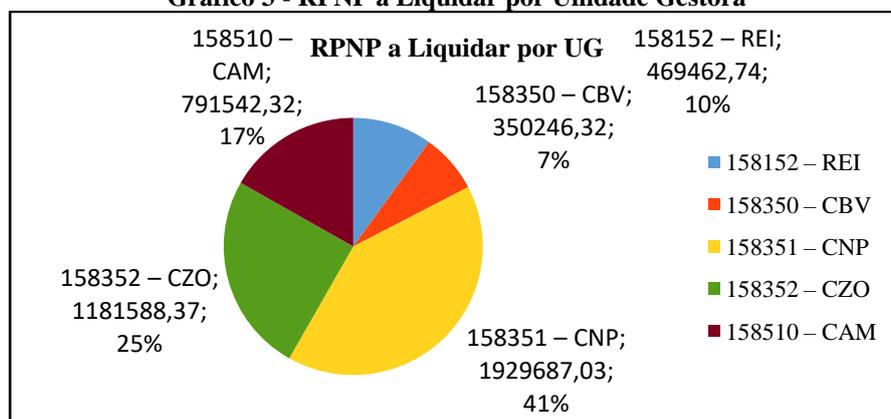


Fonte: Elaborado pelo DCF

Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar no Gráfico 2 que desse total até 31/12/2021 houve a liquidação de 60%, o cancelamento de 11% e saldo a liquidar de 29%.

A análise dos empenhos de RPNP referente aos exercícios anteriores é realizada pelos demandantes para que possam ser liquidados ou cancelados.

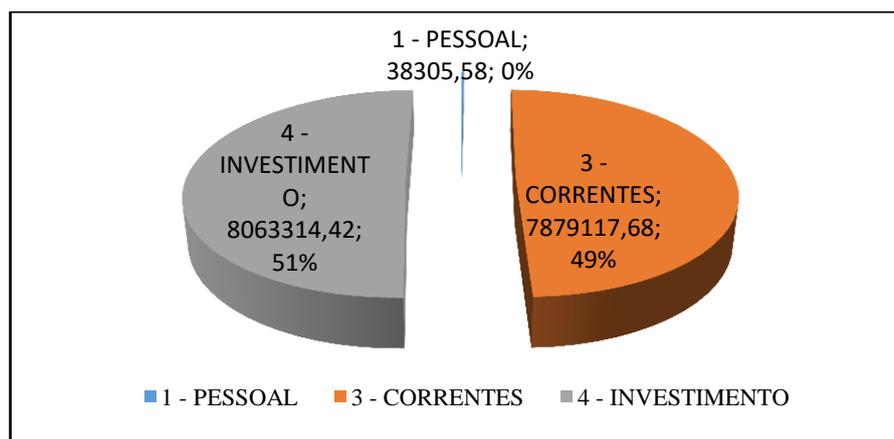
Gráfico 3 - RPNP a Liquidar por Unidade Gestora



Fonte: Elaborado pelo DCF

Conclui-se pelo Gráfico 3 que a Unidade Gestora 158351 (Campus Novo Paraíso) é a unidade que apresenta maior saldo a liquidar o que corresponde a 41%, seguida das unidades 158352 (Campus Zona Oeste) 25%, e 158510 (Campus Amajari) que corresponde a 17%. No Gráfico 4 os Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2021 é apresentado por grupo de despesa.

Gráfico 4 - Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos por Grupo de Despesa



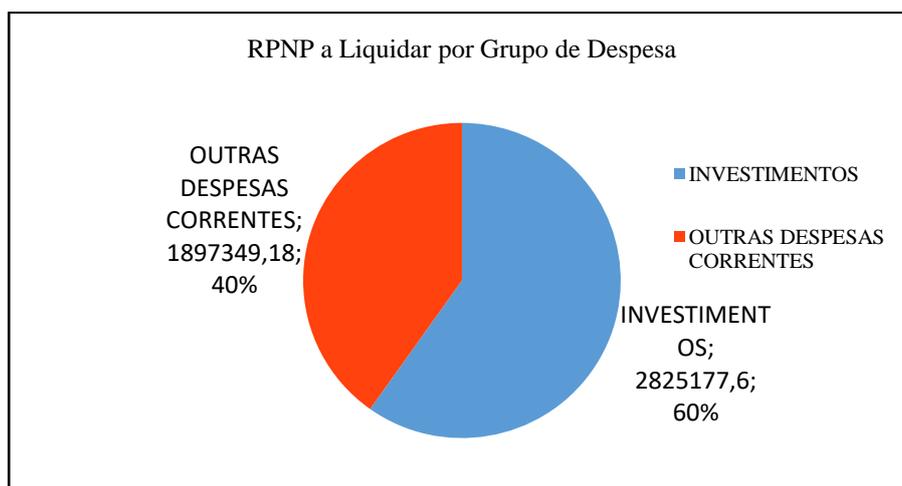
Fonte: Elaborado pelo DCF

Do total inscrito e reinscrito em Restos a Pagar Não Processados 49% corresponde a outras despesas correntes, enquanto 51% corresponde a despesa com investimento. A despesa com pessoal é evidenciada, mas sua contribuição não é relevante. Além disso, os valores de

peçoal inscitos correspondem a despesa com peçoal requisitado do mês de dezembro que é pago em janeiro.

No Gráfico 5 os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar é apresentado por grupo de despesa de gasto com saldo em 31/12/ 2021.

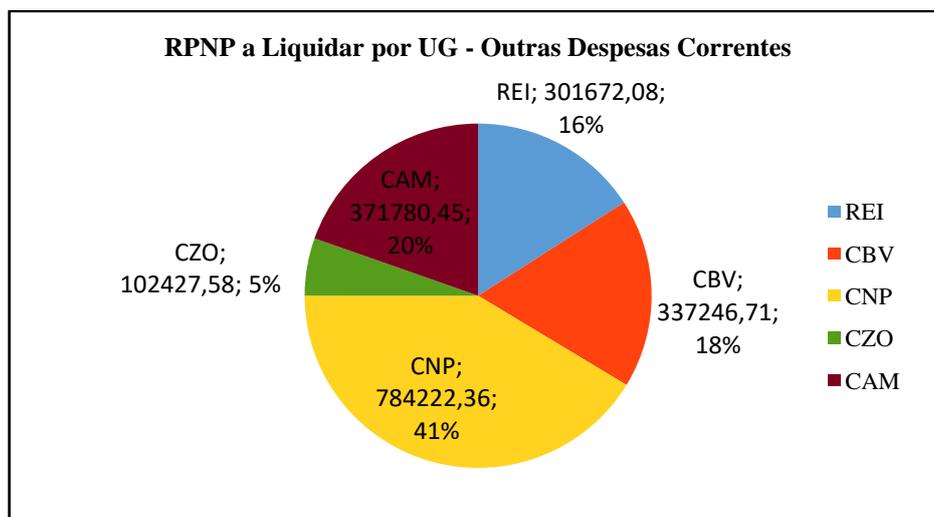
Gráfico 5 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Grupo de Despesa



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do total de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, 40% correspondem a outras despesas correntes, enquanto 60% correspondem à despesa com investimento. O Gráfico 6 apresenta os percentuais e restos a pagar não processados a liquidar por unidade gestora referentes as despesas correntes.

Gráfico 6 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Outras Despesas Correntes

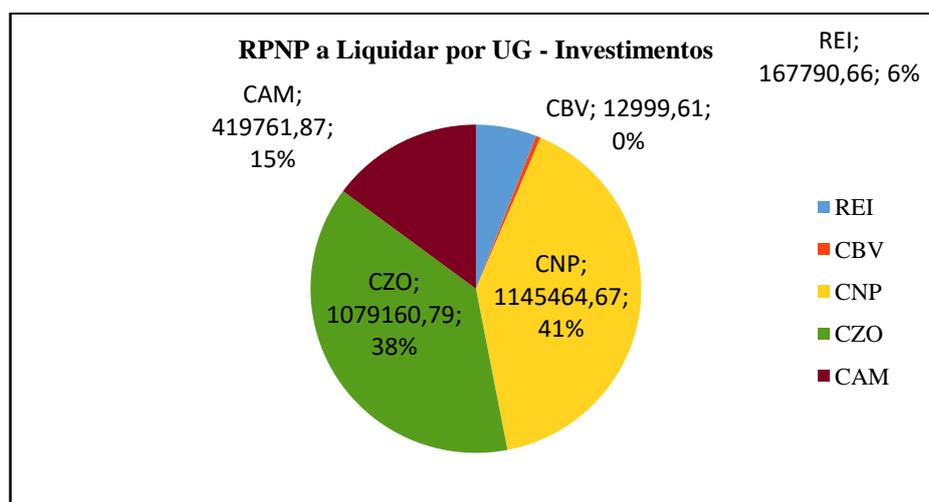


Fonte: Elaborado pelo DCF

Considerando o grupo de despesa outras despesas correntes, a unidade que apresentou maior percentual a liquidar foi a 158351 – Campus Novo Paraíso, com 41%.

Em seguida, apresenta-se o Gráfico 7 evidenciando as despesas de investimento por unidade gestora.

Gráfico 7 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Investimento



Fonte: Elaborado pelo DCF

A unidade 158351 – Campus Novo Paraíso é a que apresenta maior percentual de investimento de restos a pagar não processados a liquidar. Tal situação é explicável tendo em vista a pandemia do corona vírus em 2020 que fez com que as unidades parassem suas atividades de investimentos no que diz respeito a obras.

Na Tabela 23 é apresentado um resumo por Unidade Gestora e Grupo de Despesa, evidenciando o quanto ainda falta liquidar por Grupo de Despesa.

Tabela 23: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	158152	158350	158351	158352	158510	TOTAL
CORRENTES R\$	301.672,08	337.246,71	784.222,36	102.427,58	371.780,45	1.897.349,18
INVESTIMENTO R\$	167.790,66	12.999,61	1.145.464,67	1.079.160,79	419.761,87	2.825.177,60
TOTAL R\$	469.462,74	350.246,32	1.929.687,03	1.181.588,37	791.542,32	4.722.526,78
CORRENTES %	35,74	3,71	59,36	91,33	53,03	59,82
INVESTIMENTO %	64,26	96,29	40,64	8,67	46,97	40,18

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2021).

5.4 BALANÇO FINANCEIRO

R\$ milhares

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	130.342,00	5.820,74
Ordinárias	-	-
Vinculadas	130.342,00	5.846,52
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	130.342,00	5.820,74
Recursos a Classificar		25,78
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-25,78
Transferências Financeiras Recebidas	154.036.517,09	151.076.489,62
Resultantes da Execução Orçamentária	137.832.658,53	132.026.170,15
Repasso Recebido	131.796.121,58	125.049.073,79
Sub-repasso Recebido	6.036.536,95	6.977.096,36
Independentes da Execução Orçamentária	16.203.858,56	19.050.319,47
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	15.603.655,00	18.673.990,23
Movimentação de Saldos Patrimoniais	600.203,56	376.329,24
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	22.957.700,01	21.435.288,37
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9.896.536,58	8.149.261,51
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	12.661.500,91	13.099.026,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	190.146,00	46.461,42
Outros Recebimentos Extraorçamentários	209.516,52	140.538,60
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.641,60	
Arrecadação de Outra Unidade	207.008,02	130.880,20
Demais Recebimentos	866,90	9.658,40
Saldo do Exercício Anterior	9.721.416,01	10.705.068,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.721.416,01	10.705.068,10
TOTAL	186.845.975,11	183.222.666,83
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Despesas Orçamentárias	144.445.854,74	138.335.474,49
Ordinárias	126.509.750,60	108.836.401,91
Vinculadas	17.936.104,14	29.499.072,58
Educação	1.413.804,08	803.275,09
Seguridade Social (Exceto Previdência)	7.580.686,99	862.764,00
Previdência Social (RPPS)	6.638.865,00	12.051.137,71
Dívida Pública		15.741.204,80
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.302.748,07	40.690,98
Transferências Financeiras Concedidas	13.538.178,23	15.310.522,76
Resultantes da Execução Orçamentária	6.046.536,95	6.977.096,36
Repasso Concedido	10.000,00	
Sub-repasso Concedido	6.036.536,95	6.977.096,36
Independentes da Execução Orçamentária	7.491.641,28	8.333.426,40
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.284.633,26	8.202.546,20
Movimento de Saldos Patrimoniais	207.008,02	130.880,20
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	17.222.807,08	19.855.253,57
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.151.744,57	9.116.224,67
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	8.880.916,51	10.692.567,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	190.146,00	46.461,42
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	11.639.135,06	9.721.416,01
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.639.135,06	9.721.416,01
TOTAL	186.845.975,11	183.222.666,83

5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Analisando de maneira detalhada os itens do Balanço Financeiro, é apresentado abaixo as Tabelas 24 e 25 com o comparativo dos ingressos e dispêndios do 4º Trimestre 2021 em relação ao 4º Trimestre 2020:

Tabela 24: Total de Ingressos (R\$)

INGRESSOS	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH(%)
Receitas Orçamentárias	130.342,00	5.820,74	0,07	2139,27
Transferências Financeiras Recebidas	154.036.517,09	151.076.489,62	82,44	1,96
Recebimentos Extraorçamentários	22.957.700,01	21.435.288,37	12,29	7,10
Saldo do Exer. Anterior—Caixa e Equivalente de Caixa	9.721.416,01	10.705.068,10	5,20	-9,19
Total	186.845.975,11	183.222.666,83	100,00	1,98

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Como pode ser observado as Receitas Orçamentárias tiveram um aumento considerável de 2139,27% em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido às inscrições arrecadadas referente ao vestibular realizado no decorrer de 2021 pelos Campi Boa Vista e Novo Paraíso.

As Transferências Recebidas correspondem a 82,44% dos ingressos do período e em sua maioria são os repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação. Em relação ao período anterior teve uma variação positiva de 1,96%.

Os Recebimentos Extraorçamentários correspondem a 12,29% do total dos ingressos e teve uma variação de 7,10% em relação ao período anterior. Neste grupo encontram-se os restos a pagar dos exercícios anteriores que foram inscritos neste exercício.

O Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa teve uma redução de -9,19% em relação ao exercício anterior. A maior parte deste valor refere-se à folha de pagamento que somente é processada no 1º dia útil do mês seguinte.

No 4º trimestre de 2021 pode-se observar que houve um aumento no total de ingressos de 1,98% em relação a 2020. Na Tabela 25 apresenta-se o detalhamento dos dispêndios.

Tabela 25: Total de Dispêndios (R\$)

DISPÊNDIOS	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH(%)
Despesas Orçamentárias	144.445.854,74	138.335.474,49	77,31	4,42
Transferências Financeiras Concedidas	13.538.178,23	15.310.522,76	7,25	-11,58
Pagamentos Extraorçamentários	17.222.807,08	19.855.253,57	9,22	-13,26
Saldo p/ o Exer. Seguinte—Caixa e Equivalente de Caixa	11.639.135,06	9.721.416,01	6,23	19,73
Total	186.845.975,11	183.222.666,83	100,00	1,98

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

As despesas pagas, que compõem 77,31% do total das saídas de recursos, tiveram aumento de 4,42%. As transferências financeiras concedidas tiveram um decréscimo de -

11,08%. Os pagamentos extraorçamentários tiveram redução de -13,26% e o saldo e equivalente de caixa um aumento de 19,73%.

Com base nas informações presentes nas Tabelas 24 e 25 pode-se observar que o IFRR apresentou um resultado financeiro positivo de R\$ 1.917.719,05 que corresponde à diferença do saldo da conta Caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte e o saldo da conta Caixa e equivalente de caixa do exercício anterior.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

R\$ milhares

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.198.801,64	6.073.702,77
INGRESSOS	154.564.880,01	151.269.310,38
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	13.920,00	3.958,51
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	116.422,00	1.511,10
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	351,13
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	154.434.538,01	151.263.489,64
Ingressos Extraorçamentários	190.146,00	46.461,42
Transferências Financeiras Recebidas	154.036.517,09	151.076.489,62
Arrecadação de Outra Unidade	207.008,02	130.880,20
Demais Recebimentos	866,90	9.658,40
DESEMBOLSOS	-148.366.078,37	-145.195.607,61
Pessoal e Demais Despesas	-118.691.564,26	-114.642.571,85
Previdência Social	-19.418.147,08	-17.860.201,00
Saúde	-	-
Educação	-99.256.005,30	-96.766.933,35
Cultura	-15.000,00	-
Desporto e Lazer	-4.053,48	-15.437,50
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.641,60	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-15.946.189,88	-15.196.051,58
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-15.937.292,32	-15.170.725,56
Outras Transferências Concedidas	-8.897,56	-25.326,02
Outros Desembolsos Operacionais	-13.728.324,23	-15.356.984,18
Dispêndios Extraorçamentários	-190.146,00	-46.461,42
Transferências Financeiras Concedidas	-13.538.178,23	-15.310.522,76
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.281.082,59	-7.057.354,86
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.281.082,59	-7.057.354,86
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.970.349,01	-7.039.864,86
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-310.733,58	-17.490,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.917.719,05	-983.652,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.721.416,01	10.705.068,10
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	11.639.135,06	9.721.416,01

5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

As informações extraídas dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos em caixa foram utilizados.

A demonstração de fluxo de caixa é classificada por atividades operacionais, de investimento e de financiamento da instituição. Pode-se observar que 99,91% do total dos ingressos de recurso financeiro para financiar tanto as atividades operacionais quanto de investimentos do IFRR são decorrentes de transferências financeiras recebidas do Ministério da Educação e outros órgãos que realizam parcerias com a instituição.

No final do 4º trimestre de 2021 o valor total de ingressos das atividades operacionais foi de R\$ 154.564.880,01, que é composto pela soma das receitas realizadas, dos ingressos extraorçamentários, das transferências financeiras recebidas e da arrecadação de outra unidade.

Vale ressaltar que o IFRR, por se tratar de uma autarquia federal, tem as suas atividades, tanto as operacionais quanto as de investimentos, financiadas, em sua maior parte, com os recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação. A arrecadação de receita própria corresponde apenas 6,80% do total de recursos financeiros que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da Instituição.

O método direto é o padrão utilizado para a elaboração da demonstração do fluxo de caixa, conforme a orientação da NBC TSP 12 e do MPCAS (manual de contabilidade aplicada ao setor público). Este método demonstra as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos.

Apresenta-se a seguir a Tabela 26, que faz uma análise horizontal, entre o 4º trimestre de 2021 e 2020, referente aos fluxos de caixa de cada atividade, geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, caixa e equivalentes de caixa inicial e caixa e equivalentes de caixa final.

Tabela 26: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades

ATIVIDADES	2021	2020	AH(%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.198.801,64	6.073.702,77	2,06
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.281.082,59	-7.057.354,86	-39,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.917.719,05	-983.652,09	94,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.721.416,01	10.705.068,10	-9,19
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	11.639.135,06	9.721.416,01	19,73

Fonte: SIAFI Web, 2021 e 2020

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), conforme demonstra a Tabela 26, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, no 4º trimestre, foi positiva em R\$ 1.917.719,05, que coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

A coluna da análise horizontal, da Tabela 26, demonstra que houve um aumento de 94,96% da geração líquida de caixa e equivalente de caixa realizados no 4º trimestre de 2021 em relação ao 4º trimestre de 2020, ou seja, os volumes de recebimentos e de transferências financeiras recebidas foram maiores no 4º trimestre de 2021.

O demonstrativo apresenta saldo no fluxo de caixa nas atividades de investimento somente em relação aos desembolsos. No final do 4º trimestre de 2021 foi desembolsado R\$ 4.281.082,59, que estão relacionados a despesas de capital, como execução de obras, aquisição de máquinas, equipamentos, instalações e material permanente.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de financiamento, que envolvem empréstimos e amortizações, financiamentos e integralização de capital social, não houve qualquer movimentação de caixa no IFRR, tanto no 4º trimestre de 2020 quanto em 2021.

5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO DEZEMBRO/2021

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	114.188.712,93	-	-	114.188.712,93
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-1.073.795,38	-	-	-1.073.795,38
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-198.881,84	-	-	-198.881,84
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	112.916.035,71	-	-	112.916.035,71
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	112.916.035,71	-	-	112.916.035,71
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	61.601,78	-	-	61.601,78
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.561.355,09	-	-	2.561.355,09
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	115.538.992,58	-	-	115.538.992,58

5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Tabela 27 é apresentado o resumo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Tabela 27 – Resumo da DMPL

Especificação	Resultados Acumulados	AH (%)
Saldo Inicial do Exercício 2020	114.188.712,93	
Saldo Final do Exercício 2020	112.916.035,71	-1,11
Saldo Inicial do Exercício 2021	112.916.035,71	
Saldo Final do Exercício 2021	115.538.992,58	2,32

Fonte: SIAFI Web, DMPL 2021 e 2020

Em análise aos resultados acumulados do período dezembro/2021 pode-se perceber que o saldo final em relação ao saldo inicial sofreu uma variação positiva de 2,32%. Em relação ao exercício 2020, essa variação se deu negativa em -1,11%.